

Estados calculam ganho com queda do Fundef

Economia para os cofres dos governadores pode variar de um a um e meio ponto percentual dos desembolsos com dívidas

Teresa Navarro, Maria José Quadros e Paulo Henrique de Sousa * de São Paulo, Salvador e Florianópolis

Os governadores já estavam fazendo a conta de quanto iriam pagar a menos à União em razão da retirada do Fundo de Valorização do Ensino Fundamental (Fundef) do cálculo de suas dívidas. O resultado seria entre um a um e meio ponto percentual a menos de comprometimento da receita. Pouco para quem pedia entre quatro e seis pontos percentuais, mas um alívio imediato.

A proposta, acertada na reunião com Fernando Henrique Cardoso, foi descartada na quinta-feira passada pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, em encontro com o governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho. A resposta do governador é a ameaça de entrar com uma ação no Supremo Tribunal Federal alegando

a inconstitucionalidade do Fundef.

A briga dos governadores para tirar o Fundef da base de cálculo da dívida não é à toa. Na prática, ela garante uma redução no peso da dívida sobre a receita que pode chegar a 1,76 ponto percentual dependendo do estado (ver tabela).

De acordo com o grau de desenvolvimento e de dependência de receita do Fundo de Participação dos Estados (FPE), os estados têm um percentual maior ou menor da receita comprometida com o Fundef. Isso porque o fundo para a educação é formado pelo ICMS, IPI exportação, uma complementação da União e 15% do FPE. Nos estados mais desenvolvidos o percentual é menor.

A vantagem da retirada do Fundef da receita é que a medida tem efeito imediato, enquanto outras propostas em estudo, como a criação do fundo

previdenciário, representam economia maior, mas a médio e longo prazo. A retirada do Fundef também representa uma forma de o presidente Fernando Henrique ceder um pouco para os estados, sem ter que assumir que está mexendo nos contratos de renegociação da dívida.

Alguns governadores chegaram a criar expectativa em conseguir outras exclusões da base de cálculo da dívida. O governador de Santa Catarina, Esperidião Amim, — que, com a retirada do Fundef, passaria a comprometer o equivalente a 11% da sua receita atual para pagar a União — apostava na retirada de todos os recursos que não sejam líquidos. Ou seja, aqueles que têm aplicação específica em determinada área, como salário-educação e convênios. “Em alguns casos o estado é um mero repassador do dinheiro”,

Alívio para os estados					
Dados referentes a março					
Estado	Receita (em milhões)	Fundef (%)	Parcela dívida (%)		Participação dos inativos na folha (%)
			Atual	Futura*	
SP	2.030,00	7	12,5	11,63	33
MG	610,29	14	12,5	10,74	38
RS	443,00	10,5	12,5	11,19	39
SC	188,00	11	12,5	11,13	31
RJ	636,30	6	14,0	13,16	40
PE	206,93	12	11,5	10,07	20

Fontes: Portaria do Ministério da Fazenda e Secretarias da Fazenda dos estados
* A redução da base de cálculo (receita) da dívida equivale a uma redução do percentual de comprometimento da receita para pagamento da dívida

diz Amin. Com as exclusões, o governador esperava reduzir o percentual de comprometimento de 12,5% para 10,2% da receita.

Outra forma de diminuir o comprometimento da receita é a criação dos fundos previdenciários. Os inativos têm hoje um peso expressivo na folha de salários dos estados. A

média é de 30%. Como as folhas consomem em média 70% das receitas estaduais, retirar os inativos pode significar um alívio. O problema é que o efeito imediato é pequeno.

A Bahia, primeiro estado a formar um fundo para os inativos, economizou no ano passado R\$ 30 milhões na folha de salários, a partir da

sua criação em abril. O efeito no primeiro ano foi pequeno, mas a partir deste ano já começa a ser significativo. O governo espera economizar o dobro. O resultado deve ser a queda de dois pontos percentuais no peso da folha de salários sobre a receita, caindo de 53% para 51%.

O secretário da Administração do estado, Sérgio Moysés, diz que a meta é chegar ao ano 2000 comprometendo apenas 45% da receita com funcionários. O ganho vem do Fundo de Previdência dos Servidores.

Para criar os fundos, no entanto, os estados precisam de um aporte inicial. A Bahia usou R\$ 400 milhões da venda da Companhia de Eletricidade da Bahia (Coelba). Mas nem todos os estados têm recursos disponíveis de imediato. Uma das idéias é que o governo federal antecipe dinheiro de privatizações.

Colaboraram Angela Caporal (Porto Alegre), Pedro Lobato (Belo Horizonte), Patrícia Raposo (Recife), Daniela Caride (Rio)